



ATA DA SEGUNDA CONFERÊNCIA PÚBLICA REGIONAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

No dia vinte e seis do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às dezenove horas e quinze minutos, no Pavilhão da Comunidade do Distrito de Santa Helena, foi realizada a Segunda Conferência Pública Regional, contemplando os bairros Santa Helena e Zona Rural para apresentação à comunidade, com objetivo de subsidiar uma leitura do município através da concepção e perspectiva da população, para debater, rever e analisar o conteúdo do plano diretor atual do município de Joaçaba. Contou com os membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor e da Comissão para Revisão do Plano Diretor, Prefeito, Vereadores e munícipes. Inicialmente o Coordenador de Planejamento do município, o Sr. João Sampaio, iniciou saudou e agradeceu a todos os presentes, comentou que estão reunidos para ouvir algumas solicitações nessa etapa de coleta de dados e explanação do diagnóstico realizado pela equipe do CIMCATARINA. Informou que o município está realizando a Lei de bairros, e para isso precisa da aprovação do perímetro urbano, por isso foi solicitado se a população ali presente reconhecia as divisas do perímetro urbano do Distrito de Santa Helena como elas são atualmente. Não havendo objeções foi aprovado o perímetro do Distrito de Santa Helena dentro dos moldes do cadastro imobiliário. Posteriormente a palavra foi passada para a Analista Técnica do CIMCATARINA, Sra. Adriana Binotto Bertoldo, que fez a abertura da segunda conferência pública, saudou a todos os presentes e explicou sobre a programação e sobre o preenchimento da ficha de inscrição e as formas de contribuição durante a conferência, além disso, mostrou aos participantes outras formas de contribuir. Explanou sobre a importância da revisão do plano diretor, que é uma lei regida pelo Estatuto das Cidades, que veio reger as políticas urbanas, é uma lei que nos faz pensar em como queremos a nossa cidade para o futuro, por fim informou que está sendo realizada a etapa de captação de informações da população para posterior repasse ao município. A palavra foi passada para o Diretor de Gestão e Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, Sr. Gustavo Marcondes que discorreu sobre a importância de se planejar pensando no futuro da cidade, apresentou as contribuições coletadas na oficina estratégica, pelos técnicos envolvidos no processo, dentro dos temas: Habitação, Uso e Ocupação do Solo; Patrimônio Histórico, Cultural, Lazer e Turismo; Meio Ambiente e Saneamento Básico; Mobilidade Urbana e a contribuição social já realizada pelos moradores. Repassou alguns dados do IBGE e explanou sobre o crescimento populacional do município, discorreu sobre os dados da leitura técnica realizada por meio do diagnóstico do Distrito de Santa Helena e da Zona Rural apresentando um levantamento a respeito da distribuição territorial, dos equipamentos, serviços, dos usos e ocupação do solo e dados socioeconômicos. Explanou a respeito do uso da tabela CNAE, esclarecendo primeiramente do que se tratava e como seria utilizada dentro do município, falou que o uso da mesma é facilitar e agilizar o processo, tanto para o morador, como para o empresário, como para o órgão municipal, durante o processo de abertura e construções de empresas, ou seja é uma maneira de desburocratização. Explicou a estrutura relacionando os códigos do CNAE às atividades exercidas no município e sua distribuição dentro do zoneamento. Discorreu acerca da nomenclatura da classificação dos usos existentes, visando melhor entendimento da legislação. Apresentou o atual zoneamento do município, indicando em que zonas estão localizados os bairros apresentados na noite informando que esse é um instrumento utilizado que esclarece o tipo de construção permitida, como, de que forma ela pode crescer, ou seja, é um instrumento que ordena o planejamento. Falou brevemente a respeito das revisões dos índices urbanísticos presentes na tabela de ocupação do solo urbano. Expôs alguns pontos importantes dentro de temas indispensáveis para a revisão do plano diretor, como instituir diretrizes para a implantação de leis, revisão de parâmetros urbanísticos, alteração de zoneamento, programas de ações e fortalecimento para o município, os quais visam o desenvolvimento, reforçou a importância da participação social e o uso da ficha de inscrição e, por fim agradeceu a presença de todos e passou a palavra para o Sr. João Sampaio que explicou que o plano diretor engloba a zona rural, e por esse

motivo estão reunidos ali para ouvir a comunidade e que ela já começou a ser revisado e um dos problemas é a questão do uso e ocupação do solo, por sugestão da comunidade, foram analisados e alguns usos se tornaram permissíveis na zona rural. O [redacted] explicou como funciona a consulta pública, nova ferramenta disponível no site de planejamento do município, para uma contribuição mais técnica e ressaltou a importância da participação. O [redacted] Presidente da Associação de Moradores do Santa Helena questionou a respeito do IPTU do local. O [redacted] explicou do que se trata e como funciona o respectivo imposto. O [redacted] falou da importância do perímetro urbano, que muitos pretendem aumentar a possibilidade de usos com o aumento do perímetro, mas isso já está sendo analisado para tornar alguns usos proibidos em permissíveis, ainda agradeceu a presença das autoridades e membros dos conselhos ali presentes. Um morador questionou a respeito de áreas ilegais no distrito e sobre o IPTU. O [redacted] explicou que logo após o plano diretor entrar em vigor será feita a lei de regularização fundiária para legalizar os lotes. Outro morador, também perguntou a respeito do IPTU, e comentou que teve dificuldade para obter o alvará para um novo empreendimento no distrito. O [redacted] fez alguns comentários em relação ao IPTU e pediu para o morador se direcionar a prefeitura para tentarem resolver o problema dele. O prefeito, [redacted] fez uso da palavra e esclareceu algumas dúvidas quanto ao IPTU, dizendo que atualmente os imóveis estão em valores ideais, quanto a liberação do alvará, ele acredita que esteja relacionado com os usos, que até então eram proibidos, e hoje já são permissíveis, devido alteração na lei. O [redacted] informou que o material da apresentação a partir de dia seguinte, estará disponível no site do planejamento do município, que a prefeitura está aberta para qualquer dúvida. O [redacted] prefeito, comentou para que os moradores se atentem para a quantidade de lotes vazios, e que isso gera custos a todos. Um morador comentou que há diferenças no mapa. O [redacted] representante do conselho, esclareceu que o desenho do perímetro urbano foi feito em 2007, e não existiam imagens, ou mapas, por isso tiveram algumas dificuldades em desenhar, e por isso há algumas divergências. Explicou que o mapa deve ser considerado área urbana, pois há lotes para fins urbanos, e que essa área não pode ser diminuída, apenas aumentada, quanto ao IPTU falou que é normal sofrer oscilações, devido a diferença entre o centro da cidade e o distrito. O [redacted] complementou falando sobre os lotes e sobre o IPTU. O [redacted] informou que o objetivo da noite é ouvir a população, discutir os pontos sobre a comunidade e comentou que seria disponibilizado um tempo de 5 minutos para conversas entre eles e com os técnicos. Passado o tempo o [redacted] engenheiro civil da prefeitura, disse que a maior demanda dos moradores é a regularização fundiária, escutando os moradores o maior problema encontrado foi a divergência do mapa, que é necessário uma regularização dos terrenos, redesenhar o mapa do distrito. Não havendo mais contribuições o [redacted] deu por encerrada a Segunda Conferência Pública Regional, agradecendo a presença de todos. Ficou assim determinando a mim, [redacted] que lavrasse a presente ata e procedesse a sua publicação, no órgão site oficial do Planejamento Urbano do Município de Joaçaba, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada por mim, [redacted] pelo Diretor de Gestão e Desenvolvimento Regional, [redacted] pela Analista Técnica, [redacted] pela Analista Técnica, [redacted] e pelo Coordenador do Planejamento Urbano, [redacted] como sinal de sua aprovação. Joaçaba, vinte e seis de julho de dois mil e dezoito.





www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (49) 3246-1206
O Coletivo Inovando a Gestão Pública


ROBERTO JOSÉ BASSO
Presidente do Conselho de Administração
Rua General Liberato Bittencourt,
1695, 12º andar, Sala 1205, Bairro Canto
Florianópolis/CEP 88.070-800


ROBERTO JOSÉ BASSO
Presidente do Conselho de Administração
Rua General Liberato Bittencourt,
1695, 12º andar, Sala 1205,
Florianópolis/CEP 88.070-800


ROBERTO JOSÉ BASSO
Presidente do Conselho de Administração
Rua General Liberato Bittencourt,
1695, 12º andar, Sala 1205,
Florianópolis/CEP 88.070-800


ROBERTO JOSÉ BASSO
Presidente do Conselho de Administração
Rua General Liberato Bittencourt,
1695, 12º andar, Sala 1205,
Florianópolis/CEP 88.070-800


ROBERTO JOSÉ BASSO
Presidente do Conselho de Administração
Rua General Liberato Bittencourt,
1695, 12º andar, Sala 1205,
Florianópolis/CEP 88.070-800

Sede do CIMCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1695, 12º Andar, Sala 1205, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000